



A CONTRACEPÇÃO ENTRE JOVENS: PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ INDESEJADA NA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE

MAÍRA LUANA DE OLIVIERA COSTA, SAMYSSON DOS SANTOS ARRUDA,
CLEANE CARVALHO SOUSA, MIRELLA DOS SANTOS MEIRELES, NATÁLIA
MELEGO DE CAMARGO

RESUMO

A gravidez precoce é um problema de saúde pública que afeta adolescentes em diversas partes do mundo, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. As consequências dessa condição são multifacetadas, abrangendo aspectos biológicos, psicológicos, sociais e econômicos. Entre os principais fatores que contribuem para a alta taxa de gravidez na adolescência estão a falta de acesso a informações sobre saúde sexual e reprodutiva, o uso inadequado ou a ausência de métodos contraceptivos e barreiras socioculturais que dificultam a adoção de medidas preventivas. Este estudo tem como objetivo analisar estratégias de prevenção da gravidez precoce na Rede de Atenção à Saúde, considerando a importância da educação sexual, o acesso a métodos contraceptivos e a atuação dos profissionais da saúde. Trata-se de uma revisão bibliográfica exploratória e analítica, baseada na literatura recente sobre o tema. A pesquisa destaca desafios estruturais, como a falta de capacitação de profissionais, a resistência cultural ao uso de contraceptivos e a baixa adesão dos adolescentes aos programas preventivos. Os resultados apontam que a educação sexual nas escolas, aliada a políticas públicas eficazes e à oferta de serviços de saúde acessíveis e humanizados, desempenha um papel crucial na redução das taxas de gravidez na adolescência. Além disso, a integração entre escola, família e unidades de saúde fortalece a conscientização dos jovens sobre a importância da contracepção e da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Conclui-se que a ampliação do acesso a informações e métodos contraceptivos, bem como o fortalecimento das políticas públicas voltadas à saúde sexual e reprodutiva, são fundamentais para reduzir a incidência da gravidez precoce e promover a autonomia dos adolescentes em suas escolhas reprodutivas.

Palavras-chave: Adolescência, Gestação, Precoce.

1 INTRODUÇÃO

A gravidez precoce, também conhecida como gravidez na adolescência, ocorre quando a concepção acontece em mulheres com menos de 20 anos. Este fenômeno representa um grande desafio de saúde pública, especialmente em países em desenvolvimento, como o Brasil, onde as taxas de gravidez na adolescência ainda são alarmantes. Embora a gravidez possa ocorrer em qualquer faixa etária, quando se trata de adolescentes, as consequências são particularmente graves, tanto para a mãe quanto para o bebê. A gravidez precoce está profundamente relacionada a fatores sociais, econômicos e culturais, como desigualdade de gênero, falta de educação sexual e o acesso limitado a métodos contraceptivos. Muitas vezes, as jovens que engravidam precocemente vivem em contextos de pobreza, o que agrava a vulnerabilidade dessas adolescentes e dificulta o acesso a cuidados médicos adequados, principalmente ao pré-natal, que é essencial para garantir a saúde da mãe e do bebê. Isso aumenta a probabilidade de complicações graves, como hipertensão gestacional, anemia, parto prematuro, hemorragias e até maior risco de mortalidade materna e neonatal. Além dos riscos

biológicos, a gravidez precoce também tem um impacto significativo no aspecto psicológico das adolescentes. Muitas enfrentam um turbilhão de emoções, incluindo medo, ansiedade e depressão, devido à responsabilidade inesperada de ser mãe sem a maturidade emocional necessária. Esse cenário de estresse psicológico pode se estender por toda a gestação e até após o nascimento do filho. Adicionalmente, muitas jovens se veem forçadas a abandonar a escola e interromper seus planos de vida, o que compromete seu desenvolvimento pessoal e profissional e perpetua um ciclo de pobreza.

No Brasil, os números são preocupantes: o país ocupa o segundo lugar mundial em termos de taxas de gravidez na adolescência, com cerca de 68,4 nascimentos por 1.000 adolescentes entre 15 e 19 anos. Estima-se que mais de 400 mil adolescentes se tornem mães anualmente no país. Embora haja uma tendência de redução nos últimos anos, com uma diminuição de 18% nos casos de mães adolescentes desde 2019, as taxas continuam elevadas, principalmente em determinadas regiões, como o Espírito Santo, que teve uma redução de 33% entre 2018 e 2023. Além das consequências para as mães, a gravidez precoce também impacta diretamente a vida dos filhos, criando um ciclo intergeracional de vulnerabilidade. As adolescentes frequentemente enfrentam estigmatização e discriminação social, tanto por parte de familiares quanto de colegas e da sociedade em geral. Essa exclusão social agrava ainda mais sua condição de pobreza, dificultando o acesso a serviços de saúde e educação, o que reforça o quadro de marginalização.

A contracepção eficaz é uma das ferramentas mais importantes para prevenir a gravidez precoce, mas o acesso a métodos anticoncepcionais e a educação sexual de qualidade ainda são desafios significativos no Brasil. Muitos adolescentes enfrentam obstáculos relacionados à falta de informações adequadas sobre saúde sexual, resistência cultural ao uso de contraceptivos e estigmas sociais que associam o uso de métodos anticoncepcionais a comportamentos "impróprios". Embora existam políticas públicas de distribuição gratuita de contraceptivos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a implementação dessas políticas ainda é insuficiente em muitas regiões, principalmente nas áreas rurais e periféricas, onde o acesso a serviços de saúde é limitado. Dessa forma, a prevenção da gravidez precoce exige um esforço contínuo para melhorar o acesso à educação sexual nas escolas, garantir a distribuição adequada de métodos contraceptivos e combater os estigmas culturais que dificultam o uso responsável da contracepção. Além disso, é fundamental fortalecer os serviços de saúde, oferecendo orientação sensível às necessidades dos jovens, e promover campanhas educativas para garantir que todos os adolescentes tenham acesso a informações claras e adequadas sobre sexualidade, saúde reprodutiva e direitos relacionados à contracepção.

Este estudo foca na prevenção da gravidez precoce, analisando as principais estratégias de saúde adotadas para mitigar esse problema. A gravidez na adolescência traz consequências físicas, emocionais e sociais significativas para as jovens, afetando suas oportunidades educacionais e profissionais. Além disso, representa riscos elevados para a saúde tanto da mãe quanto do bebê. Isso destaca a necessidade urgente de ações preventivas eficazes dentro da Rede de Atenção à Saúde. O objetivo central do estudo é identificar as estratégias mais eficazes para prevenir a gravidez na adolescência, considerando a educação sexual adequada, o acesso a métodos contraceptivos e a disseminação de informações. A pesquisa também busca analisar como esses fatores, aliados ao papel dos profissionais de saúde, educadores e famílias, podem influenciar comportamentos responsáveis e promover um ambiente favorável ao desenvolvimento saudável dos adolescentes.

O estudo aborda as ações de saúde realizadas na atenção primária, com foco na eficácia das estratégias implementadas para reduzir os índices de gravidez precoce. Os objetivos específicos são: (1) identificar as estratégias adotadas na atenção primária à saúde para prevenir a gravidez precoce; (2) avaliar a eficácia dessas ações e seu impacto na redução das taxas de gestação na adolescência. Além de avaliar a situação atual, o estudo propõe recomendações

para fortalecer e aprimorar as políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva. O intuito é garantir que as futuras gerações de adolescentes tenham acesso a atendimento adequado, informações precisas e métodos contraceptivos eficazes, contribuindo para uma sociedade mais saudável e igualitária.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Esta revisão bibliográfica tem como objetivo analisar e discutir a contracepção juvenil, abordando as políticas públicas e o papel da Rede de Atenção à Saúde na prevenção da gravidez indesejada entre os jovens, no contexto global e nacional, focando principalmente nas questões de acesso a métodos contraceptivos e fatores socioculturais que influenciam esse processo. A metodologia foi desenvolvida para garantir uma análise crítica e aprofundada, baseada em uma ampla coleta de dados qualitativos e quantitativos, com ênfase em estudos recentes e relevantes sobre o tema. Para estruturar a metodologia de forma eficaz, foi adotado um modelo de revisão bibliográfica de caráter exploratório e analítico, o que permite uma abordagem abrangente e integradora sobre as questões de contracepção juvenil. Orientada por questões centrais relacionadas à contracepção juvenil, como as taxas de gravidez precoce, políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva, acesso a contraceptivos e fatores socioculturais que influenciam a escolha e o uso de métodos contraceptivos entre os jovens. Essas questões foram fundamentadas no interesse de explorar as barreiras e facilitadores que afetam o uso de contraceptivos, considerando as particularidades globais e nacionais do fenômeno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante destacarmos que as instituições responsáveis pelo apoio a adolescentes e mulheres não devem se basear em premissas morais restritivas que limitam o acesso a cuidados adequados. Como é abordado em algumas posturas morais particulares, que se agarram àquilo que é considerado "tradicionalmente certo", não contribuem para uma sociedade democrática e laica. Essas atitudes impõem padrões privados que, em vez de ajudar a reduzir os casos de gravidez precoce ou mortes por abortos inseguros, apenas mantêm padrões de moralidade que não atendem às necessidades reais da população. Assim, as instituições têm como missão garantir proteção, educação e orientação sobre contracepção e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, sem interferir em crenças pessoais, para promover uma abordagem mais eficaz e inclusiva na redução dos problemas relacionados à saúde sexual.

3.1 Planejamento Reprodutivo e o uso de Contraceptivos

Levando em consideração as questões de Saúde Sexual e Reprodutiva (SSR) dos adolescentes, faz-se necessário a discussão sobre o planejamento reprodutivo e o uso de contracepção. O termo Planejamento Reprodutivo (PR) foi proposto para substituição do termo Planejamento Familiar, seguindo em consonância com a até então política de SSR brasileira (Telo; Witt, 2018). Essa mudança visava a ampliação desse eixo relacionado à saúde sexual e reprodutiva para além do controle da natalidade. Assim, o PR se fundamenta como um conjunto de ações que tendem a estabelecer uma assistência de saúde para que os cidadãos exerçam seus direitos sexuais e reprodutivos (UNFPA, 2018), o que inclui o uso de métodos contraceptivos por qualquer cidadão, incluindo os adolescentes. Vale ressaltar que o PR é garantido no Sistema Único de Saúde (SUS) para todos os residentes no Brasil. Entretanto, o acesso ao PR pelos adolescentes ainda passa por dificuldades, que podem estar relacionadas ao preparo dos profissionais de saúde para atendimento aos adolescentes até as questões familiares e religiosas envolvidas em relação a saúde sexual e reprodutiva. Desse modo, as ações são realizadas de maneiras diferentes de acordo com a região que a pessoa vive, devido a questões culturais e de acesso aos serviços de saúde, além de estar relacionado a tabus e preconceitos impregnados em

nossa sociedade (Telo; Witt, 2018). Como o momento da adolescência não é oportuno para se planejar uma gestação, pois a gravidez na adolescência pode trazer diversas consequências para essa gestante, indo desde questões biológicas, como maiores taxas de infecções urinárias, abortos, doenças hipertensivas, além das consequências para o bebê, como baixo peso ao nascer, prematuridade e maiores taxas de morte neonatal; até consequências psicológicas e sociais, incluindo o abandono da escola, dificuldades para o acesso ao mercado de trabalho e perpetuação do ciclo da pobreza (Assis et al., 2022; Bezerra; Matos, 2022).

3.2 Dificuldades encontradas nas ações

O desenvolvimento de ações para prevenir a gravidez precoce enfrenta diversas dificuldades, muitas das quais estão relacionadas a fatores estruturais, culturais e sociais que impactam diretamente a atuação dos profissionais de saúde. A seguir, são discutidas algumas das principais dificuldades encontradas por esses profissionais:

- 1) **Falta de Engajamento dos Adolescentes:** Um dos maiores desafios é a baixa adesão dos adolescentes às campanhas e programas de prevenção. Muitos jovens demonstram desinteresse ou têm resistência em participar de atividades educativas e preventivas, como palestras, consultas de orientação e até mesmo o uso de métodos contraceptivos. Isso pode ocorrer devido à falta de informação adequada, vergonha, receio de julgamento e a visão de que a prevenção não faz parte de suas prioridades no momento.
- 2) **Falta de Acompanhamento Familiar:** A participação da família é fundamental para a construção de uma base sólida de conhecimento sobre sexualidade e contracepção. No entanto, muitas famílias não têm espaço ou não se sentem confortáveis para dialogar abertamente sobre esses temas com os adolescentes. A ausência de um apoio familiar adequado dificulta a internalização de informações importantes e a tomada de decisões responsáveis por parte dos jovens.
- 3) **Barreiras Culturais e Sociais:** Em muitas comunidades, existem normas culturais e sociais que desvalorizam ou estigmatizam a contracepção, especialmente para as adolescentes. Em algumas regiões, a gravidez precoce pode ser vista como um "ritual de passagem" ou uma consequência natural da sexualidade jovem. Esses fatores dificultam a disseminação de informações sobre métodos contraceptivos e a importância da prevenção.
- 4) **Limitação de Recursos e Infraestrutura:** A falta de recursos financeiros e materiais nas unidades de saúde pode ser um obstáculo importante. Muitas vezes, as UBS (Unidades Básicas de Saúde) enfrentam dificuldades para fornecer contraceptivos e garantir atendimento de qualidade para todos os adolescentes. Isso inclui desde a escassez de métodos anticoncepcionais até a limitação no número de profissionais de saúde qualificados para lidar com o atendimento específico dos jovens.
- 5) **Falta de Treinamento Adequado para Profissionais de Saúde:** Embora os profissionais de saúde desempenhem um papel central na prevenção da gravidez precoce, muitos enfrentam a falta de treinamento especializado para lidar com questões de saúde sexual e reprodutiva voltadas especificamente para adolescentes. Além disso, o estigma em relação à sexualidade jovem pode afetar a forma como os profissionais abordam o tema, o que pode resultar em uma comunicação inadequada e, consequentemente, na falta de confiança por parte dos adolescentes em buscar orientação.
- 6) **Acesso Restrito aos Métodos Contraceptivos:** A dificuldade de acesso aos métodos contraceptivos também é uma barreira significativa. Em algumas regiões, a disponibilidade de preservativos, anticoncepcionais orais ou outros métodos contraceptivos é limitada, dificultando a prevenção da gravidez precoce. Além disso, a falta de informações claras sobre como acessar esses métodos ou sobre suas opções pode levar os adolescentes a recorrerem a métodos inseguros ou ineficazes.

7) **Incerteza em Relação aos Direitos Reprodutivos:** Muitos adolescentes não têm conhecimento sobre seus direitos reprodutivos e o acesso a serviços de saúde. Em algumas situações, pode haver desinformação sobre a legalidade do uso de contraceptivos sem a necessidade de consentimento dos pais, o que impede que os adolescentes procurem serviços de saúde para obter orientação ou contracepção.

8) **Pressões Sociais e Influências de Pares:** Os adolescentes estão muitas vezes expostos a pressões sociais e de grupos de pares, que podem influenciar suas atitudes em relação à sexualidade e à contracepção. A busca pela aceitação social e a pressão para seguir comportamentos relacionados à sexualidade, muitas vezes sem uma compreensão plena das consequências, contribuem para o aumento da gravidez precoce.

9) **Falta de Políticas Públicas Efetivas:** A implementação de políticas públicas de prevenção à gravidez precoce muitas vezes é fragmentada ou mal executada. A falta de políticas consistentes, que integrem educação sexual, acesso à saúde e apoio psicológico, prejudica o impacto das ações preventivas. Além disso, há a necessidade de campanhas mais eficazes e específicas para atingir o público-alvo de adolescentes.

3.3 A importância da Estratégia da Família no combate a gravidez precoce

É fundamental desenvolver um trabalho de conscientização que envolva a família, a escola e a Unidade Básica de Saúde (UBS). De acordo com estudos, muitas UBSs estão localizadas próximas às escolas, facilitando o acesso dos adolescentes. Contudo, apesar de as UBSs realizarem ações de prevenção, elas não conseguem atrair a atenção das adolescentes, o que resulta na baixa participação nos eventos promovidos, como palestras e outras atividades. Isso ocorre porque esses eventos, muitas vezes, não despertam o interesse dos jovens, e, em grande parte, não há ações efetivas por parte das autoridades competentes para reverter esse quadro. Portanto, a intervenção dos enfermeiros se torna crucial, pois eles podem capacitar os agentes comunitários e outros profissionais da saúde, alterando a abordagem e contribuindo para a redução dos índices de gravidez na adolescência (MAGALHÃES, 2017).

Nesse contexto, a atuação do profissional de enfermagem é essencial. O enfermeiro tem a responsabilidade de proporcionar cuidados integrais a qualquer indivíduo e, por isso, deve participar ativamente de programas voltados para a saúde de adolescentes e suas famílias (ANDRADE, 2015). A Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta a profissão de enfermagem no Brasil, e o Decreto Regulamentador Nº 94.406, de 8 de junho de 1987 (BRASIL, 1987), descrevem as ações que o enfermeiro deve realizar, incluindo a consulta de enfermagem. Durante essa consulta, o enfermeiro deve demonstrar competência em comunicação, observação e técnicas apropriadas. Uma das maneiras de atuar na prevenção da gravidez adolescente é envolver as jovens em programas de planejamento familiar, o que tem mostrado ser eficaz para reduzir a ocorrência de gravidezes precoces (MAGALHÃES, 2017).

3.4 Políticas Públicas em combate a Gravidez Precoce

Portanto, é fundamental que o poder público implemente políticas públicas que promovam a criação de programas voltados à prevenção da gravidez na adolescência, otimizando as ações nesse sentido. Isso evidencia a complexidade do trabalho com adolescentes, o que exige uma capacitação mais aprofundada dos profissionais. A falta de informações, o receio de lidar com a sexualidade e a ausência de espaços para discussão de valores nas famílias exigem dos profissionais uma orientação adequada e constante, de modo que a adolescente consiga alcançar maturidade, facilitando o processo de concepção, gestação e maternidade (OLIVEIRA, 2019). Santos (2017) argumenta que a humanização na enfermagem, especialmente no atendimento às adolescentes gestantes nos serviços de saúde, deve se basear em empatia e reciprocidade. O profissional de saúde deve oferecer um cuidado integral e humanizado, tratando a adolescente com acolhimento e atenção, reconhecendo sua

fragilidade e a necessidade de um atendimento sensível e cuidadoso. Para combater a Gravidez precoce foi criada a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência - “Prevenção da Gravidez na adolescência, promovendo a saúde e garantindo direitos”. instituída pela Lei nº 13.798/2019 e realizada anualmente na primeira semana de fevereiro, tem como objetivo principal disseminar informações sobre medidas preventivas, educativas e de promoção da saúde que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência no Brasil. Esta nota técnica apresenta um panorama da situação da gravidez na adolescência no País e delinea recomendações para o desenvolvimento de ações e estratégias para o enfrentamento desta situação, com foco na promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva das/dos adolescentes e na garantia de seus direitos.

4 CONCLUSÃO

A gravidez na adolescência continua sendo um desafio de saúde pública que demanda estratégias eficazes e bem estruturadas. A ampliação da educação sexual, a melhoria do acesso aos serviços de saúde e a capacitação dos profissionais são medidas essenciais para reduzir os índices de gravidez precoce e garantir o bem-estar dos jovens. O fortalecimento das políticas públicas e a participação ativa da sociedade são fundamentais para promover a autonomia dos adolescentes e possibilitar escolhas informadas sobre sua saúde reprodutiva. Diante desse cenário, a integração entre educação, saúde e comunidade se mostra imprescindível para a construção de uma cultura de prevenção eficaz. A colaboração entre escolas, famílias e profissionais de saúde pode potencializar os esforços para reduzir a gravidez indesejada e garantir que os adolescentes tenham acesso a informações seguras e métodos contraceptivos adequados. Portanto, faz-se necessário um compromisso contínuo do Estado e da sociedade para aprimorar as estratégias existentes, garantindo que todos os jovens possam exercer sua sexualidade com responsabilidade e segurança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.798, de 3 de janeiro de 2019. Institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13798.htm.

BRASIL. Nota Técnica sobre Prevenção da Gravidez na Adolescência. Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>.

BRASIL. Plano Nacional de Prevenção Primária do Risco Sexual Precoce e Gravidez de Adolescentes. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>.

BRASIL. Nota Técnica sobre Prevenção da Gravidez na Adolescência. Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). Gravidez na adolescência na América Latina e no Caribe. Relatório conjunto OPAS/OMS, UNICEF, UNFPA, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org>.

UNFPA. Relatório sobre Planejamento Reprodutivo e Saúde Sexual. Fundo de População das Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://www.unfpa.org>.